

ATA N.º 34/2012

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 36 minutos

Encerramento: 15 horas e 39 minutos

No dia treze do mês de agosto de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

João Augusto Ferreira de Sousa, em substituição de Ana Isabel
Oliveira Reis Casquinha
Carlos António Pinto Coutinho
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

O início da segunda reunião do mês em curso foi antecipado, em virtude de a Câmara Municipal ter concluído as visitas agendadas aos diversos locais antes das dezasseis horas, tendo sido a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente às catorze horas e trinta e seis minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Câmara Municipal Presidência/Vereação		
	Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores		
1	Aprovação da ata da reunião anterior		
2	Adesão ao Movimento 1.º de dezembro		
	Departamento Municipal Administrativo e Financeiro		
	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
3	IV Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - Proposta		
	Subunidade Orgânica de Contabilidade		

4	Resumo Diário de Tesouraria			
	Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças			
5	Concessão de licença especial de ruído / Despacho a ratificação	42/2012, 01.08	de	ARCAS - Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora
6	Concessão de licença especial de ruído / Despacho a ratificação	43/2012, 06.08	de	Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca
	Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos			
	Subunidade Orgânica de Património			
7	Avaliação de cortiça / Pedido de colaboração sobre a tiragem de cortiça dum conjunto de sobreiros existentes nos arruamentos da Herdade do Zambujeiro, em Santo Estêvão			
	Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes			
	Apoio Administrativo às Obras Municipais			
8	Operação: ALENT-09-0550-FEDER-001265 – Circular Urbana de Samora Correia / Reprogramação Temporal e Financeira - Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013			Município de Benavente
	Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento			
	Subunidade Orgânica de Obras Particulares			
9	Licenciamento da edificação	275/2007		Miúdos e Companhia, Lda.
10	“ “	692/2012		Mónia Isabel Soares Serrano Prezado
11	Aprovação de arquitetura – A conhecimento	698/2012		José Firmino Vítor

12	Deferimento do pedido de licença administrativa - A conhecimento	1952/2010	Samopil - Agropecuária e Laticínios, Lda.
13	Licenciamento de operação de loteamento	7/2007	Ascenso & Ganhão, Lda.
14	Reclamações	375/2011	Reclamante: Armando Domingos Conduto/Reclamado: Matos Antero
	Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo		
	Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa		
15	Festa da Sardinha Assada e Festa em Honra de N.ª Sra. do Carmo, em Foros da Charneca – Pedido de apoio		Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca
16	Festa em Honra de N.ª Sra. da Oliveira e N.ª Sra. de Guadalupe – Pedido de licenciamento – Despacho a ratificação		ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora
17	Festa da Sardinha Assada e Festa em Honra de N.ª Sra. do Carmo, em Foros da Charneca – Pedido de licenciamento – Despacho a ratificação		Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca
	Ação Cultural		
18	Almoço Convívio dos Idosos 2012 - Proposta		
	Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude		
	Intervenção Social e Saúde		
19	Pedido de denúncia de contrato de arrendamento e celebração de novo contrato	Inf. Social n.º 84/2012	
20	Período destinado às intervenções dos membros da Câmara		
21	Aprovação de deliberações em minuta		

RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	Departamento Municipal Administrativo e Financeiro Inventário e Cadastro Danos materiais em equipamento de som da festa dos Foros de Almada / Eventual responsabilidade civil do Município	Informação SIC 16	José Godinho
2	Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças Pedido de instalação de recinto itinerante (praça de touros desmontável)		TAUROLEVE – Sociedade Tauromáquica Letra da Neta, Lda.

Secretariou o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: O SENHOR PRESIDENTE deu conhecimento que através de *mail* rececionado no passado dia dez do mês em curso, a Senhora Vereadora Ana Casquinha justificou a sua ausência na presente reunião, por razões de ordem pessoal, informando da sua substituição pelo Senhor Vereador João Augusto Ferreira de Sousa, elemento seguinte da lista do Partido Socialista.

Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Gabriela dos Santos, por motivo de gozo de férias, bem como do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, por razões de ordem profissional.

«O Senhor Presidente considerou justificadas as ausências.»

01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – ADESÃO AO MOVIMENTO 1.º DE DEZEMBRO

Entidade: Delegado Distrital de Santarém

Assunto: Convidam a aderir ao Movimento 1.º de dezembro, que visa a reposição do feriado nacional nesta data, símbolo da nossa Independência e Restauração.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE observou que a comissão organizadora tem José Ribeiro e Castro, membro do CDS/PP, como principal protagonista e afirmou que o feriado nacional em apreço não é indiferente aos portugueses, dado o seu significado histórico, embora as respetivas comemorações se tenham perdido um pouco.

Contudo, apesar do Governo cancelar os feriados com o argumento de que tal serve objetivamente o País, porquanto mais dias de trabalho configuram produção de maior riqueza, sendo um contributo para sair da crise, certo é que os problemas de Portugal não estão nos feriados, nem nos direitos sociais dos trabalhadores mas, outrossim, na má gestão da coisa pública e, sobretudo, dos dinheiros públicos.

Opinou que não é com movimentos desta natureza que se dão contributos positivos para a melhoria do País, assim como não o é retirando os feriados, mas sim acabando com muitas das situações erradas que existem e que conduziram ao desastre atual, área onde não vê quem quer que seja a fazer algo, continuando o neoliberalismo, assim como os bancos e instituições financeiras continuam a obedecer aos seus donos e aos seus interesses, continuando também o Governo do País a demitir-se das suas grandes responsabilidades, sendo sempre os mais desfavorecidos que têm que pagar o preço da crise e os custos da má gestão da coisa pública e dos crimes nela cometidos.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse não ter percecionado bem qual o papel do Município se eventualmente aderir ao movimento em apreço.

Crê que a pretensão do movimento passa pela extinção de um outro feriado, que não o primeiro de dezembro, defendendo o Partido Socialista que deve efetivamente ser preservado este, em detrimento de outros, provavelmente religiosos que nada dizem à população, que inclusivamente muitas vezes desconhece a que correspondem os mesmos.

Afirmou que fruto da integração de Portugal no espaço europeu e da progressiva perda de soberania, o conteúdo histórico do primeiro de dezembro ganha importância acrescida para reforço da memória futura e, nessa medida, o Partido Socialista está disponível para validar a adesão ao movimento, do ponto de vista simbólico, não merecendo, no entanto, que o Município se comprometa com qualquer despesa que tal venha a gerar.

O SENHOR PRESIDENTE julga ser perceptível da leitura do ofício, que é pretensão do movimento isolar o primeiro de dezembro do conjunto de problemas de extinção de feriados, considerando que tal envolve algum perigo para uma tomada de decisão duma câmara municipal.

Reiterou que pessoalmente é contra a extinção dos feriados, tendo a causa dos males do País que ser encontrada em muitos outros aspetos.

Acrescentou que aderir a um movimento que tem em vista apenas e tão só a reposição do feriado do primeiro de dezembro, pretendendo o contributo das câmaras municipais através da presença de bandas de música nas comemorações do feriado em Lisboa, numa grande manifestação de soberania, lhe parece inadequado.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA afirmou que o Partido Socialista defende o simbolismo do primeiro de dezembro, mas não está disponível

para que da adesão ao movimento advenham grandes intervenções e, portanto, despesas para o Município.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO disse não entender este tipo de iniciativas perfeitamente desgarradas, tanto mais que existem outros feriados que têm também uma identidade muito própria e aceitação junto das populações, como é o caso do Carnaval, comemorado em diversas regiões do País e cuja extinção também é equacionada.

Afirmou não compreender que se considere que a extinção dos feriados pode ajudar a resolver o problema do País, quando o desemprego é tão elevado.

Acrescentou que concordaria com um movimento que se insurgisse contra a retirada dos feriados enquanto identidade de Portugal, dado que todos eles têm algo a ver com a história do País, apesar de ao longo dos tempos terem perdido a sua importância.

Opinou que a Câmara Municipal não deve integrar o movimento em apreço, porque crê que é despido de critério na realidade atual.

O SENHOR PRESIDENTE propôs que a Câmara Municipal se manifeste contrária à decisão legislativa de extinguir os feriados, por considerar que não é através de medidas desta natureza que se resolvem os problemas sérios que o País atravessa, bem como contrária à adesão a um movimento exclusivamente para a reposição do primeiro de dezembro.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA clarificou que o Partido Socialista concorda com o movimento para a reposição do primeiro de dezembro, por se tratar de uma das datas mais importantes que, no momento, tem um valor acrescido, lamentando contudo que não estenda a sua pretensão a outros feriados.

No entanto, manifestou concordância com a proposta do Senhor Presidente, uma vez que a adesão ao movimento iria gerar despesa para o Município.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 3 – IV ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / PROPOSTA

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à IV Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.01.06- Inventário e Cadastro

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

DANOS MATERIAIS EM EQUIPAMENTO DE SOM NO ÂMBITO DA FESTA DOS FOROS DE ALMADA / EVENTUAL RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL DO MUNICÍPIO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 9 de agosto de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 1 - DANOS MATERIAIS EM EQUIPAMENTO DE SOM DA FESTA DOS FOROS DE ALMADA / EVENTUAL RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO

Informação SIC 16 – 2012.08.07

Requerente: José Godinho

O nosso registo de entrada n.º 9893, de 18.07.2012, reporta-se à exposição de José Godinho na qual solicita ser compensado por danos materiais que sofreu no âmbito da Festa dos Foros de Almada, que se realizaram no passado mês de Julho.

O requerente informa que no dia 14 de julho, enquanto executava trabalhos de animação de baile e fornecimento de som para a atuação dos ranchos folclóricos, na Festa da Sardinha Assada dos Foros de Almada, ficou com a mesa de mistura e o amplificador queimados.

Atribui o sucedido à má instalação da corrente elétrica que foi feita pelos serviços municipais e solicita uma *ajuda monetária* para a reparação dos equipamentos que ficaram danificados.

No seguimento da reclamação apresentada e no cumprimento do despacho exarado pelo Sr. Vereador Carlos Coutinho, o trabalhador António Manuel Neiva, responsável pelos trabalhos de eletricidade realizados no local pelo motivo dos

festejos da Sardinha Assada, esclarece que os danos no equipamento do requerente foram provocados por uma avaria inesperada do disjuntor diferencial devido a um projetor instalado no palco ter tido um curto-circuito, não se ficando assim a dever à má ligação do quadro elétrico.

Mais informa que todas as instalações executadas pela secção elétrica da Câmara Municipal são testadas antes de qualquer ligação das aparelhagens e confirma que as instalações elétricas feitas para esta Festa estavam em perfeitas condições quando, na véspera do evento, pelas 18h30m, fizeram a última verificação e deram por concluído o serviço.

O assunto em apreço reconduz-nos à esfera da responsabilidade civil geral.

O município dispõe da **apólice de responsabilidade civil geral n.º 50.00128193, em vigor na Companhia de Seguros Açoreana** que garante a responsabilidade civil extracontratual do município, decorrente de atos de gestão pública que, nos termos da legislação em vigor, lhe sejam imputáveis no exercício da atividade, garantindo o pagamento de indemnizações a terceiros em resultado de responsabilidades derivadas das suas atribuições e competências legais.

Pelo motivo da realização da Festa em apreço e no seguimento do pedido de apoio da Associação Desportiva, Social, Cultural, Educativa e Recreativa de Foros de Almada - ADSCERFA, **o Município contratou uma apólice de responsabilidade civil geral, a n.º 32/8336586 da Seguradora Fidelidade Mundialⁱ**, a qual garantiu para o período da Festa o pagamento de indemnizações emergentes de responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo da lei civil, fossem exigíveis à ADSCERFA, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, pela fuga dos animais que participaram na vacada que aconteceu no âmbito deste evento.

Pese embora a existência destas duas apólices do ramo responsabilidade civil geral, os danos materiais sofridos pelo requerente não poderão ser garantidos nos âmbitos das mesmas, já que não resultaram da atividade do município e não foram provocados pelo decorrer do evento taurino que aconteceu.

O Município apoiou a ADSCERFA disponibilizando a esta entidade equipamentos e serviços diversos, que garantiu estarem em perfeitas condições da mesma os usufruir. Acidentalmente, no decorrer da atividade festiva, organizada e da responsabilidade da ADSCERFA, os bens do requerente bem como alguns do Município ficaram danificados.

A par das referidas responsabilidades, a este tipo de evento está sempre subjacente uma terceira responsabilidade civil que decorre da própria realização da Festa enquanto atividade promovida pela organização, neste caso a ADSCERFA, nunca sendo garantida pelo Município.

Pelo exposto, entende-se que os danos reclamados não estão cobertos pelas apólices de seguro atrás referidas, pelo que em matéria de seguro, não se pode atender à pretensão do requerente.

À consideração superior.

O técnico superior, Maria João Martins Carvalho

ⁱ a melhor proposta

A Chefe de DMAGRH	O Presidente da Câmara Municipal
Concordo. À consideração superior. 08.08.2012	À Reunião. Extra agenda.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação, cujo teor deve ser transmitido ao requerente.

02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número cento e cinquenta e quatro, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos: Em numerário: cinco mil, novecentos e sessenta e seis euros, sendo cinco mil, setecentos e um euros e setenta e oito centimos em dinheiro e duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e dois centimos em cheques.

Depositado à ordem:

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000009843092 – cento e um mil, oitenta e três euros e sessenta e um centimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000280563011 – oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e três euros e setenta e seis centimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e sete euros e sessenta e cinco centimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001470473069 – cento e setenta e sete euros e seis centimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001496353057 – sete mil, oitenta e quatro euros e vinte e nove centimos;

C.G.D – BNU

Conta – 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três centimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016785430 – treze mil, oitocentos e dez euros e quarenta e dois centimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016786230 – vinte e nove mil, trezentos e oitenta euros e sessenta e um centimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e vinte e um euros e trinta e sete centimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016784630 – dez mil, cento e cinco euros e quarenta e sete centimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016789730 – três mil, setecentos e noventa e seis euros;

B.C.P. – Benavente

Conta - 003300000005820087405 – dois mil, quinhentos e oitenta e dois euros e oitenta e seis centimos;

BNC – Samora Correia

Conta - 004602561087080018636 – mil, oitocentos e dezoito euros e vinte e oito cêntimos;

CCAM – Samora Correia

Conta - 004552804003737040413 – seis mil, trezentos e oitenta euros e noventa e oito cêntimos;

CCAM – Santo Estêvão

Conta - 004552814003724462602 – setecentos e cinquenta e dois euros e vinte e nove cêntimos;

CCAM – Benavente

Conta - 004550904010946923865 – trinta e oito mil, trezentos e setenta e quatro euros e dezoito cêntimos;

BES – Benavente

Conta - 000703400000923000754 – seiscentos e quarenta e cinco euros e seis cêntimos;

BPI – Samora Correia

Conta - 002700001383790010130 – dois mil, noventa e cinco euros e setenta e três cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e vinte euros e cinquenta e oito cêntimos;

Balclays Bank, Plc

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e um euros e dezassete cêntimos, dos quais cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e quinze cêntimos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta euros e dois cêntimos de Operações Não Orçamentais.

02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Ponto 5 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Impedimento nos termos do artigo quarto, alínea b), iv) da Lei n.º 29/87, de trinta de junho, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro, e número seis do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Pelo Senhor Vereador Carlos Coutinho foi comunicado o seu impedimento relativamente ao processo em apreço, nos termos das disposições legais acima referidas, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar apenas com quatro elementos, até ser tomada a deliberação sobre o assunto.

Processo n.º 42/2012, de 01.08 – reg.º n.º 10727, de 01.08.2012

Requerente – ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora

Localização – Rua do Povo Livre – Samora Correia

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art. 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

Tipo de atividade:

- Festa anual – Lançamento de foguetes, bailes, variedades e som de rua

Local/Percurso:

Recinto das festas e ruas da cidade

Datas/horário:

- De – 15 a 20 de agosto de 2012
- Das – 08.00h às 04.00H

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças de 01.08.2012

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as normas e disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 06 de agosto de 2012, o seguinte despacho.

Teor do despacho:

“Deferido. A ratificação da Câmara Municipal”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 6 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 43/2012, de 06.08 – reg.º n.º 10913, de 06.08.2012

Requerente – Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca

Localização – Rua de Montemor – Foros da Charneca

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art. 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

Tipo de atividade:

- Festa anual – Lançamento de foguetes, bailes, variedades e som de rua

Local/Percurso:

Recinto das festas

Datas/horário:

- Dia – 24.08.2012 – das 19.00H às 03.00H;
- Dia – 25.08.2012 – das 09.00H às 04.00H;
- Dia – 26.08.2012 – das 09.00H às 01.00H

Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças de 06.08.2012

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as normas e disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 06 de agosto de 2012, o seguinte despacho.

Teor do despacho:

“Deferido. A ratificação da Câmara Municipal”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE RECINTO ITINERANTE (PRAÇA DE TOUROS DESMONTÁVEL)

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 09 de agosto de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 2 – PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE RECINTO ITINERANTE (PRAÇA DE TOUROS DESMONTÁVEL)

Registo n.º 11018, de 08.08.2012

Interessada – TAUROLEVE – Sociedade Tauromáquica Letra da Neta, Lda.

Localização – Lagoa dos Álamos – Samora Correia

Assunto: *“A empresa Tauroleve teve o prazer de ser convidada pela A.R.C.A.S. no sentido da organização das corridas de toiros inseridas nas Festas Anuais em Honra de N.ª Sra. da Oliveira e N.ª Sra. de Guadalupe de 2012.*

Foi com grande prazer que aceitamos esta organização de 2 corridas de toiros, a terem lugar nos próximos dias 17 e 20 de agosto pelas 22.00 horas.

Por esta razão venho a vossa Excelência solicitar a cedência do espaço denominado “Lagoa dos Álamos”, onde habitualmente se realizam estes espetáculos anualmente”.

Informação da Junta de Freguesia de Samora Correia de 09.08.2012

“Em resposta ao assunto mencionado em epígrafe, venho pelo presente informar, que a Junta de Freguesia não vê inconveniente na instalação da praça de touros desmontável, na zona da Lagoa dos Álamos, no decorrer das festas em Honra de N.ª Sra. da Oliveira e N.ª Sra. de Guadalupe, entre os dias 15 e 20 de agosto do corrente ano, desde que sejam cumpridas todas as normas de segurança”.

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 09 de agosto de 2012, o seguinte despacho.

Teor do despacho:

“À reunião (ponto extra)”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a montagem da praça de toiros no local pretendido, sujeita aos condicionalismos legais.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

02.02.08- Subunidade Orgânica de Património

Ponto 7 – AVALIAÇÃO DE CORTIÇA / PEDIDO DE COLABORAÇÃO SOBRE A TIRAGEM DE CORTIÇA DUM CONJUNTO DE SOBREIROS EXISTENTES NOS ARRUAMENTOS DA HERDADE DO ZAMBUJEIRO, EM SANTO ESTÊVÃO

Informação n.º 208/2012, de 7/8

Na sequência do deliberado pelo executivo em reunião ordinária realizada em 2010-11-22, foi determinado aos serviços que efetuassem o levantamento do número de sobreiros existentes no domínio público da Herdade do Zambujeiro e que mais fosse solicitada a ajuda a um técnico credenciado para ajudar na determinação do valor da cortiça em causa.

Neste contexto, cumpre informar a Câmara Municipal quanto aos procedimentos adotados visando dar cumprimento ao deliberado:

1 – Em 21 de março de 2011, o Setor de Topografia elaborou a informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 090/2011, que se transcreve:

“(...) realizou-se um levantamento topográfico utilizando como aparelho de medição o GPS, para o apuramento da localização dos sobreiros existentes nos caminhos que servem a Herdade do Zambujeiro em Santo Estêvão.

Recolhidos os dados em campo, foram os mesmos tratados em gabinete para a obtenção da planta de trabalho inicial.

Posteriormente, para que a sua localização tivesse validação no levantamento, foram estabelecidas imposições que passamos a enumerar:

- O sobreiro com o tronco de diâmetro igual ou superior a 120mm*
- O sobreiro seria identificado como produtivo e não produtivo*
- O sobreiro produtivo seria identificado por idades*
- O sobreiro no eixo do caminho existente*
- O sobreiro, quando possível, até uma largura de 6.00m para cada lado do eixo do caminho existente, perfazendo uma largura máxima 12.00m*
- O sobreiro no centro da rotunda era considerado como no eixo da via*
- O sobreiro no impasse que distasse de uma largura de 3.00m da berma exterior do caminho existente*

A planta de trabalho final apresentada cumpre todos os itens supra mencionados, figurando em anexo a esta informação (...).”

2 – Após o levantamento efetuado, solicitámos apoio à Companhia das Lezírias (CL) que nos comunicou que o Eng.º Rui Alves, Coordenador de Produção Florestal e Recursos Silvestres nos iria ajudar no trabalho em causa, mas só a partir de 16 de agosto do ano em curso, quando acabasse a tiragem da cortiça da CL.

3 – O apoio solicitado à CL reportou-se à avaliação do valor da cortiça tirada dos sobreiros sites nos arruamentos da Herdade do Zambujeiro, propriedade da Câmara, para efeitos de compensação das tiragens desde 1995. Para o efeito foi fornecida a Planta dos arruamentos com o posicionamento dos sobreiros, elaborada pelo Serviço de Topografia da Câmara Municipal. De harmonia com aquela Planta os sobreiros foram classificados e quantificados, num total de 474, da seguinte forma:

- Novo (ainda com a cortiça virgem) = 210;
- Sem marca do ano = 57;
- Marcado no ano 0 = 180;
- Marcado no ano 2 = 5;
- Marcado no ano 5 = 20;
- Marcado no ano 6 = 2.

4 – Em 22 de agosto de 2011 acompanhámos o Eng.º Rui Alves, na companhia do Topógrafo que elaborou a Planta acima aludida numa visita breve às áreas mais representativas dos sobreiros em questão.

4.1. – Em resultado dessa visita, o técnico emitiu documento que designou de “Contributo para a Avaliação da Cortiça Tirada desde 1995 dos Sobreiros dos Arruamentos da Herdade do Zambujeiro, em Santo Estêvão”, rececionado a 2 de setembro do ano transato, que se anexa.

5 – O referido documento foi submetido à apreciação do Executivo, juntamente com a nossa informação número 427/2011, de 5 de setembro, tendo sido deliberado solicitar à Autoridade Florestal Nacional uma apreciação e opinião acerca da matéria, para que o órgão executivo pudesse acautelar o seu

interesse, tendo-se procedido em conformidade, através do nosso ofício número 5723, de 29 de setembro.

Em resultado dessa solicitação, foi enviado o ofício número 2982 de 2012-07-09 da Autoridade Florestal Nacional, que abaixo se transcreve:

“(...) Em resposta ao solicitado através do ofício, acima indicado, do Município de Benavente, cumpre remeter extrato do relatório, como segue :

· Procedeu-se à inventariação de todos os sobreiros referenciados na cartografia apresentada pela Câmara Municipal de Benavente, com respetiva medição, na Herdade do Zambujeiro, tendo-se chegado a seguinte conclusão:

Metodologia utilizada:

- Medição de todos os sobreiros: PAP (perímetro à altura do peito) X a altura da despela da cortiça X coeficiente de 7,5_ (anexo)

- Verificação do número da despela desde o ano de 1995.

Depois da medição conclui-se a existência de:

- **56** - Sobreiros S/ N - cortiça com + de 9 anos
- **26** - Sobreiros marcados com 5 (marcados no ano 2005)
- **132** - Sobreiros marcados com 0 (marcados no ano 2010)
- **2** - Sobreiros marcados com 6 (marcados no ano 2006)
- **149** – Sobreiros jovens com cortiça virgem

Avaliação da cortiça extraída:

- Cortiça marcada com o algarismo 0: 3529,025 Kg - **470,4**@ano 2010
- Cortiça marcada com o algarismo 5: 1099,425 Kg -**146,4**@ano 2005
- Cortiça S/Número com + de 9 anos: 1709,975 Kg - **113,9** @

Total de arrobas;470,4+146,4+113,9 = 730,7 @

Obs.: a cortiça do ano 6 foi avaliada conjuntamente com o ano 5

Verificou-se também que foram cortados os seguintes sobreiros:

- **1** - Sobreiros S / N com cortiça com + de 9 anos
- **2** - Sobreiros jovens com cortiça virgem
- **14** - Sobreiros com cortiça do ano 0

Quanto à existência de práticas imperfeitas de descortiçamento ou outras que comprometam o futuro das árvores em questão, verificou-se a existência de

algumas como: excesso de descortiçamento, entrecasco á vista, etc., mas que não comprometem o bom desenvolvimento e vigor vegetativo das árvores no seu futuro.

Anexa-se ainda a respetiva relação das medições efetuadas no terreno pelos técnicos nomeados para analisar o problema.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor Regional das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo (...)"

6- Mais se regista que do estudo ora feito pela Autoridade Florestal Nacional não resulta a indicação de qualquer valor económico de mercado da cortiça levantada.

7- Em face do exposto e tendo em conta, por um lado, o contributo do Eng.º Rui Alves, que partindo de pressupostos considerados válidos para ambas as partes, apontou para um valor médio de 18€/@ paa a cortiça, por outro, a colaboração da Autoridade Florestal Nacional, que se pronunciou sobre a existência de práticas imperfeitas e que através da inventariação de todos os sobreiros referenciados, apurou o total de arrobas a considerar (730,7@), julgamos estar reunidas as condições para que a Câmara Municipal possa deliberar em conformidade.

À Consideração Superior.

O Coordenador Técnico, Teixeira da Rosa

O Chefe de Divisão	O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo com o teor da informação. À Consideração superior 07/08//2012		À reunião 07/08//2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO afirmou que os serviços municipais não dominam a matéria em apreço, havendo muita dificuldade em poder acrescentar algo mais ao trabalho que foi desenvolvido quer pelo Eng.º Rui Alves, quer pela Autoridade Florestal Nacional.

Referiu que a Câmara Municipal, com recurso a GPS, teve a preocupação de efetuar o cadastro de todos os sobreiros, tendo o Eng.º Rui Alves feito um trabalho de levantamento de campo, tendo chegado a uma determinada quantidade de arrobas para a qual apresentou um cálculo médio de cerca de dezoito euros por arroba, não considerando os valores da tirada da cortiça.

Acrescentou que o trabalho apresentado pela Autoridade Florestal Nacional aponta para um maior número de arrobas, crendo que a Câmara Municipal deve considerar esse trabalho como bom e aceitar o valor de dezoito euros que resulta do trabalho desenvolvido pelo Eng.º Rui Alves, pessoa com larga experiência que acompanha todo o trabalho da tiragem da cortiça na Companhia das Lezírias.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aceitar o total de setecentas e trinta vírgula sete arrobas apurado pela Autoridade Florestal Nacional, bem como o valor médio de dezoito euros por arroba indicado pelo Eng.º Rui Alves, exigindo à ALSER a correspondente indemnização.

03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes

03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais

Ponto 8 - OPERAÇÃO N.º ALENT-09-0550-FEDER-001265 - CIRCULAR URBANA DE SAMORA CORREIA / REPROGRAMAÇÃO TEMPORAL E FINANCEIRA - ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013

Na sequência do pedido de reprogramação temporal e financeira da operação em referência, submete-se para aprovação o teor da adenda ao Contrato de Financiamento da referida reprogramação:

Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013

Entre:

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo, também designado INALENTEJO, com sede na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Avenida Eng.º. Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-504 Évora, adiante designada por Autoridade de Gestão, representada pelo Presidente da respetiva Comissão Diretiva, António Costa Dieb;

e

Município de Benavente, Beneficiário da operação aprovada para cofinanciamento pelo FEDER, no âmbito do INALENTEJO, Pessoa Coletiva n.º 506676056, e sede em Praça do Município, representado por António José Ganhão, que outorga na qualidade de Presidente, e no uso de poderes legais para este ato, adiante designado por Beneficiário;

É acordado que as cláusulas segunda e terceira e Anexo I do contrato de financiamento celebrado em 11 de Fevereiro de 2011, na sequência da operação apoiada pelo FEDER n.º ALENT-09-0550-FEDER-0001265, designada por Circular Urbana de Samora Correia apresentada nos termos do Regulamento Específico Mobilidade Territorial, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, passem a ter a seguinte redação:

Cláusula Segunda

Objetivos, Prazos e Indicadores

1. [...]
2. O prazo de realização da operação decorre no período de 08/05/2009 a 31/12/2012, nos termos em que foi aprovada e que se considera parte integrante do presente contrato.
3. [...]

Cláusula Terceira

Custo Total e Comparticipação

1. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação é de 684.216,09 € (seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dezasseis euros e nove cêntimos).
2. A comparticipação financeira FEDER aprovada para a operação, no montante de 547.372,87 € (quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos), corresponde à aplicação de uma taxa de 80% (oitenta por cento), sobre o montante de investimento elegível aprovado, nos termos em que a operação foi aprovada, e que se considera parte integrante do presente Contrato.

O Beneficiário

A Autoridade de Gestão

Évora,/...../.....

Anexo I

Plano Financeiro da Operação

Fontes de Financiamento	2009	2010	2011	2012	Total
Componente FEDER	12.680,00	0,00	465.438,13	69.254,74	547.372,87
Contrapartida Nacional:					
OE					
AL	3.170,00	0,00	116.359,53	17.313,69	136.843,22
EP					
Outros					
Participação Privada					
Investimento Elegível Total	15.850,00	0,00	581.797,66	86.568,43	684.216,09
Investimento Não Elegível Total	3.170,00	0,00	0	0,00	3.170,00
Investimento Total	19.020,00	0,00	581.797,66	86.568,43	687.386,09

Programação Financeira por Componente

Componentes	2009	2010	2011	2012	Investimento Elegível
Circular Urbana a Samora Correia		0,00	581.797,66	86.568,43	668.366,09
Elaboração de Projeto de Execução	15.850,00	0,00			15.850,00
Total	15.850,00	0,00	581.797,66	86.568,43	684.216,09

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a Adenda ao Contrato de Financiamento da Circular Urbana de Samora Correia, no âmbito do Programa

Operacional do Alentejo 2007-2013, e autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares

LICENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO

Ponto 9 – LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E INSTALAÇÃO DE CRECHE E JARDIM-DE-INFÂNCIA / EXPOSIÇÃO

Processo: 275/2007

Requerente: Miúdos & Companhia - Creche e Jardim de Infância, Lda.

Local: Est. Carregueira, 84 - Samora Correia

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 07-08-2012

Refere-se o presente processo ao licenciamento relativo a legalização das alterações, ampliação do edificado existente e alteração de uso para instalação de creche e jardim infantil, sita no local acima referido, o qual obteve alvará de construção n.º 111/2008, emitido a 14-04-2008 e alvará de utilização n.º 98/2009, emitido a 04-05-2009 para “Creche e Jardim-de-Infância”.

Agora, através do registo de entrada n.º 10313, de 26/07/2012, apresenta a requerente exposição, referindo:

“...
...

No ano de 2008, aquando do processo de licenciamento da creche, procurámos legalizar um edifício que se localiza na parte de trás do terreno, encostado à extrema, o que não foi possível. Por este facto o espaço tem estado, durante estes 3 anos e meio, sem ser utilizado e rentabilizado.

Mais tarde o Sr. Presidente esteve nas nossas instalações, acompanhado do Sr. Vereador Carlos Coutinho e vendo o que se tratava, pôs a possibilidade de que, com as alterações previstas ao PDM, essa legalização viesse a ser possível.

Neste momento, estamos a atravessar uma fase decisiva na vida da empresa, decorrente da redução do n.º de crianças que temos tido. ...

Já tivemos uma visita do arquiteto Luís Pires da Segurança Social de Santarém que é da opinião que o espaço possível para o ATL seria o referido anexo ...

O passo seguinte foi marcar um atendimento com a arquiteta Rosa, na Câmara Municipal, para indagar sobre a viabilidade, atual, do licenciamento. Ao que nos foi informado que, no contexto do presente PDM, não haveria qualquer possibilidade de o fazer.

Assim, não nos resta outra alternativa se não vir mais uma vez solicitar o apoio de Vª Exª no sentido de, em conjunto procurarmos uma solução que torne viável e com futuro este projeto, tendo presente o serviço que presta aos pais, ..., às crianças, ..., e aos funcionários ...”.

Dando cumprimento ao despacho superiormente exarado a 30-07-2012 pelo Sr. Vereador Miguel Cardia, cumpre informar:

1 - O anexo referido pela requerente implanta-se à extrema tardoz da parcela, na sua área inserida em Espaço Urbano, Área Urbanizada Verde Agrícola.

2 – Informa-se a requerente que, desde a apreciação do projeto de arquitetura que levou ao licenciamento da construção da creche e jardim-de-infância, não ocorreram alterações ao Plano Diretor Municipal e seu Regulamento no que concerne à categoria do Espaço Urbano em que se insere.

3 – Mais se informa que, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente, a Área Urbanizada Verde Agrícola corresponde ao Espaço Urbano constituído ou a constituir em domínio privado, para utilização agrícola da população residente, onde se poderá admitir como exceção o licenciamento de edificação, conforme o estabelecido no n.º 5 do artigo 11.º ou no artigo 32.º do RPDMB, ou seja:

- n.º 5 do artigo 11.º:

- “a) Área mínima do lote - 1000 m²;*
- b) Frente mínima do lote - 15 m;*
- c) Afastamento mínimo ao eixo da via - 6 m, devendo respeitar o alinhamento das edificações licenciadas existentes;*
- d) Afastamento mínimo aos limites laterais do lote - 3 m;*
- e) Altura máxima da construção - 7,5 m.”*

- artigo 32.º

- “a) ...;*
- b) Afastamento mínimo de 20 m aos limites do terreno, incluindo todo o tipo de instalação, podendo, em casos excecionais, a verificar pelos serviços técnicos, essa distância ser reduzida até ao mínimo de 10 m;*
- ...”*

Conclusão

Face ao exposto, considera-se não ser viável a legalização do anexo existente na extrema tardoz da parcela da requerente uma vez que são contrariadas as disposições constantes no regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente, para a classe e categoria de espaço em que se insere.

À consideração Superior.

Ana Cristina Rosa, Técnica Superior – Arquiteta

Parecer:	Despacho:
	À reunião. 2012AGO07
O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O Vereador / Presidente

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que a empresa Miúdos & Companhia - Creche e Jardim de Infância, Lda., detentora de uma creche e jardim infantil na Estrada da Carregueira, em Samora Correia, apresenta uma exposição que se prende com o facto de que aquela atividade se instalou nuns edifícios existentes, para o que houve necessidade de fazer uma alteração de uso, sendo que na parte traseira da propriedade existe um anexo encostado à extrema que em dois mil e oito, aquando da instalação da atividade, não foi possível legalizar em

virtude de não cumprir as disposições do Plano Diretor Municipal para a categoria de espaço em causa, nomeadamente o afastamento de três metros à extrema.

Acrescentou que precisando a empresa de utilizar aquele espaço para aumento das infraestruturas disponíveis, ele próprio solicitou aos serviços a reapreciação do assunto, tendo havido apenas uma atualização de uma informação técnica que resulta do facto de se manter o parecer anteriormente expendido.

Propôs que à semelhança de todas as outras situações que têm sido colocadas ao Executivo da mesma forma, a Câmara Municipal manifeste total disponibilidade para dar a melhor atenção ao assunto e, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, poder contemplar a viabilidade da existência do anexo para a atividade em causa.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 10 – LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA

Processo: 692/2012

Requerente: Mónia Isabel Soares Serrano Prezado

Local: Estrada das Cardosas - Samora Correia

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 03-08-2012

Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento para legalização de um armazém, que a requerente levou a efeito numa parcela de terreno com 2.000,00 m² de área, sita no local acima referido.

Na sequência do parecer da Sr.ª Coordenadora Técnica da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, datado de 27-07-2012, exarado na Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, da mesma data, cumpre informar e reapreciar a pretensão:

1. Os elementos apresentados vêm dar cumprimento ao solicitado na nossa anterior informação técnica de 29-06-2012, tendo sido entregue uma nova estimativa de custos e prestada informação acerca da edificação já existente na parcela de terreno.

2. Lembra-se que a pretensão consiste na construção de um edifício destinado a armazém com 149,43m² de área de implantação / construção e uma cerca de 3,43m.

3. Regista-se como antecedente o processo de obras n.º 1141/2010, referente à construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros, com alvará de utilização n.º 218/2011, emitido em 27-12-2011, em nome de Paulo M. M. André – Construções Lda.

4. Face ao Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) em vigor, de acordo com as plantas de localização entregues e da responsabilidade do técnico autor do projeto, o local da implantação proposta insere-se em Espaço Urbanizável Habitacional, Zona Não Programada e não observa qualquer tipo de condicionantes.

4.1. Nos termos do definido na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º do regulamento do PDMB em vigor na classe de espaço em causa é onde se implanta predominantemente habitação, equipamento e comércio local. Face à não

especificação deste tipo de edifício para a classe de espaço em causa submete-se à consideração superior a admissão da pretensão exposta.

Em conclusão e face ao exposto propõe-se que:

- Superiormente seja ponderado o exposto em 4.1, relativamente à localização do armazém apresentado em Espaço Urbanizável Habitacional, Zona Não Programada;
- Caso seja superiormente aceite o anteriormente exposto, o projeto de arquitetura apresentado reúne condições de merecer aprovação.

À consideração superior.

Vânia Raquel, técnica superior - arquiteta

Parecer:	Despacho:
	À reunião. 2012AGO03
O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O Vereador / Presidente

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou que o armazém objeto do pedido de licenciamento para legalização tem cerca de cento e cinquenta metros quadrados e está erigido num local de perfeita coabitação com a atividade agrícola e com a baixa densidade de construção habitacional, classificando o Plano Diretor Municipal aquela zona como Espaço Urbanizável Habitacional, Zona Não Programada.

Acrescentou que à semelhança de uma situação verificada pelo Executivo no decurso das visitas efetuadas aos diversos locais, antecedendo a presente reunião, o Plano Diretor Municipal aponta para a possibilidade de poder haver outras atividades, que não as que estão definidas através do conceito da predominância, e considerando o que é o ordenamento do território naquela zona, a existência de outras situações similares e a perfeita coabitação dos armazéns agrícolas com a edificação dispersa, propôs que a Câmara Municipal aceite a existência do armazém em causa, tanto mais que se trata duma legalização, e, nessa conformidade, que o projeto de arquitetura seja aprovado.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse que garantindo o Senhor Vereador Miguel Cardia que se trata duma situação análoga àquela objeto de visita do Executivo ao local, não vê problema que a Câmara Municipal aceite a existência do armazém em apreço, desde que sejam sempre salvaguardadas as condições de habitabilidade na confinância.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA clarificou que se trata duma situação idêntica relativamente à abordagem e à decisão que a Câmara Municipal tem que tomar face ao Plano Diretor Municipal, sendo contudo uma situação mais favorável, porque se trata da legalização duma edificação existente e a atividade que se pretende desenvolver é exatamente a mesma que já se desenvolve, não tendo qualquer problema de relacionamento com a adjacência.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES

A CONHECIMENTO

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo Vereador, Sr. Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

02-08-2012

Ponto 11 – CONSTRUÇÃO NOVA – MORADIA UNIFAMILIAR

Processo n.º 698/2012

Requerente: José Firmino Vítor

Local: Rua do Cebola, 47 – Santo Estevão

Teor do Despacho: *“Homologo e aprovo, nas condições do parecer”*

DELIBERAÇÃO FINAL DO PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES

A CONHECIMENTO

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo Vereador, Sr. Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

01-08-2012

Ponto 12 – LEGALIZAÇÃO / CURRAL PARA GADO / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

Processo n.º 1952/2010

Requerente: Samopil – Agropecuária e Lacticínios, Lda.

Local: Quinta da Brasileira, Lote 15 - Benavente

Teor do Despacho: *“Homologo, isentando nos termos propostos e deferindo o pedido de licença administrativa.”*

LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO

Ponto 13 – LOTEAMENTO URBANO / DESERÇÃO

Processo n.º 7/2007

Requerente: Ascenso & Ganhão, Lda.

Local: R. José Saramago, Samora Correia

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 07-08-2012

Compulsado o processo respetivo, cumpre informar:

Em 09-07-2012, foi a firma requerente notificada para no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da notificação, se pronunciar por escrito e nos termos dos arts. 100.º e seguintes do CPA sobre a proposta de deserção, constante da informação emitida pelo chefe de dmoppud, em 27-06-2012.

Até à presente data não foi dado cumprimento à notificação, pelo que deverá ser declarado deserto o procedimento, salvo se houver interesse público na decisão do mesmo.

Ana Lúcia Ramos, Assistente técnica

Parecer:	Despacho:
	À reunião. 2012AGO07
O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O Vereador / Presidente

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, declarar deserto o procedimento.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

RECLAMAÇÕES

Ponto 14 – RECLAMAÇÃO / CHAPAS ENTRE VIZINHOS / ELEVação DE CHAMINÉ

Processo n.º 375/2011

Reclamante: Armando Domingos Conduto, lote 80

Reclamado: Matos Antero

Local: Rua Maria Lamas, lote 79 – Samora Correia

Informação da Fiscalização, de 01 de agosto de 2012

1. Através do ofício n.º 1740, datado de 03 de abril, foi o reclamado notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data da notificação, proceder à regularização da construção.

2. Findo prazo e em deslocação ao local no dia 31 de julho, pelas 15.20 Horas, verificou-se que o Sr. Matos Antero ainda não procedeu à demolição parcial das chapas entre vizinhos até altura regulamentar de 2 m, conforme fotografias em anexo que fazem parte integrante da presente informação.

3. Face ao exposto o Sr. Matos Antero deverá proceder à demolição parcial das chapas entre vizinhos, no qual já foi notificado duas vezes, e segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 26/2010, datado de 30 de março, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, que doravante designaremos por RJUE, artigo 6.º - A, n.º 1, b), “São obras de escassa relevância urbanística a edificação de muros de vedação até 1,8 m de altura que não confinem com a via pública e de muros de suporte de terras até uma altura de 2 m ou que não alterem significativamente a topografia dos terrenos existentes”.

4. Relativamente ao Sr. Armando Conduto, foi elevada a chaminé da churrasqueira conforme solicitado pelo ofício n.º 1739, datado de 03 de abril.

Anexa-se fotografia que também faz parte integrante da presente informação.

À Consideração Superior.

Ricardo Martinho, Fiscal Municipal

Parecer:	Despacho:
	À reunião. 2012AGO01
O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O Vereador / Presidente

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA propôs que a Câmara Municipal manifeste junto do reclamado a intenção de demolir coercivamente a edificação até à altura regulamentar de dois metros, caso este não o faça num prazo de quinze dias.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

05.01- Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa

Ponto 15 - FESTA DA SARDINHA ASSADA E FESTA EM HONRA DE N.ª SRA. DO CARMO, EM FOROS DA CHARNECA – PEDIDO DE APOIO

Entidade: Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca

Na sequência do pedido anterior (presente em reunião da Câmara Municipal de 05-03-2012), informam da realização do evento em causa, nos dias 24, 25 e 26 de agosto, reforçando o pedido de apoio logístico, e solicitam também, tendo em conta os compromissos assumidos, a transferência do subsídio aprovado para a coletividade aquando da candidatura ao Programa de apoio.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado e proceder à transferência do subsídio aprovado, comprometida que seja a respetiva verba.

Ponto 16 - FESTA EM HONRA DE N.ª SRA. DA OLIVEIRA E N.ª SRA. DE GUADALUPE – PEDIDO DE LICENCIAMENTO – DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Impedimento nos termos do artigo quarto, alínea b), iv) da Lei n.º 29/87, de trinta de junho, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro, e número seis do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Pelo Senhor Vereador Carlos Coutinho foi comunicado o seu impedimento relativamente ao processo em apreço, nos termos das disposições legais acima referidas, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar apenas com quatro elementos, até ser tomada a deliberação sobre o assunto.

Entidade: ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora

Assunto: Requerimento para licenciamento da Festa acima referenciada que decorrerá de 15 a 20 de agosto.

O Senhor Presidente deferiu a pretensão, através de despacho datado de 06 de agosto de 2012, o qual se submete a ratificação da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto 17 – FESTA DA SARDINHA ASSADA E FESTA EM HONRA DE N.ª SRA. DO CARMO, EM FOROS DA CHARNECA – PEDIDO DE LICENCIAMENTO – DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Entidade: Liga de Melhoramentos do Lugar de Foros da Charneca

Assunto: Requerimento para licenciamento da Festa acima referenciada, que decorrerá nos dias 24,25 e 26 de agosto.

O Senhor Presidente deferiu a pretensão, através de despacho datado de 07 de agosto de 2012, o qual se submete a ratificação da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

05.03- Ação Cultural

Ponto 18 – ALMOÇO CONVÍVIO DOS IDOSOS 2012 – PROPOSTA

Assunto: Proposta de Programação

Para o almoço/convívio dos idosos do Município, a realizar no dia 30 de agosto no Vale da Asseiceira, propõe-se o seguinte programa de animação:

- Concurso de fado amador (a decorrer durante o convívio);
- Eleição do melhor par de Tango e Valsa;
- Atuação do Grupo Etnográfico Samora e o Passado;
- Baile com o cantor/organista Telmo Faria

Custos previstos:

- Grupo Etnográfico Samora e o Passado € 100,00
- Telmo Faria € 150,00

Total: € 250,00

Nota: Deverão ser servidas, nos moldes dos anos transatos, 35 refeições para os elementos do Grupo Etnográfico Samora e o Passado, cantor e técnicos.

O Animador Cultural, José Domingos dos Santos

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de programação e assumir os respetivos encargos.

06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude

06.03- Intervenção Social e Saúde

Ponto 19 – PEDIDO DE DENÚNCIA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO E CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO

Informação Social n.º 84

Relativamente ao assunto supra mencionado, serve a presente para solicitar a V. Exa. autorização para que o serviço de Ação Social, conjuntamente com o Apoio Jurídico, diligencie o seguinte:

1) Denúncia de contrato de arrendamento, de acordo com a cláusula oitava do Contrato de Arrendamento AC-166, celebrado ente o primeiro outorgante: SILVIURBANA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LIMITADA e o segundo outorgante: MUNICIPIO DE BENAVENTE.

O motivo da denúncia prende-se, por um lado, com a impossibilidade física (locomoção) da subarrendatária, se poder deslocar do primeiro andar para rés-do-chão e vice-versa. Neste momento a subarrendatária está muito limitada fisicamente e já não consegue andar sem o suporte das canadianas. Por outro lado, a mesma já adiou consecutivamente a data de realização da operação cirúrgica (prótese Joelhos), devido, precisamente à dificuldade que tem em deslocar-se e à impossibilidade de, no pós-operatório, poder andar, ficando, assim, confinada ao isolamento no interior do apartamento.

2) Assim e face a esse constrangimento, solicita-se que após resolução do atual contrato de arrendamento, se proceda à celebração de novo contrato de arrendamento para uma casa/apartamento de rés-do-chão, de modo a garantir a satisfação das necessidades físicas de mobilidade da munícipe.

Submete-se à consideração de V. Exa. os pedidos.

Benavente, 25 de julho de 12

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação social, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 20 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA

- Não foram proferidas quaisquer intervenções.

Ponto 21 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- IV Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Proposta;
- Danos materiais em equipamento de som da festa dos Foros de Almada / Eventual responsabilidade civil do Município;
- Pedido de instalação de recinto itinerante (praça de touros desmontável);
- Operação: ALENT-09-0550-FEDER-001265 – Circular Urbana de Samora Correia / Reprogramação Temporal e Financeira - Adenda ao Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013;
- Legalização de alterações e instalação de creche e jardim-de-infância / Exposição;
- Legalização de armazém agrícola;
- Loteamento urbano / Deserção;
- Reclamação / Chapas entre vizinhos / Elevação de chaminé.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



Município de Benavente

ANEXO

- **IV Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012** (5 folhas)

Reunião da Câmara Municipal de 13 de agosto de 2012

4.^a Alteração ao Orçamento

da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de



APROVAÇÃO

Câmara Municipal .. Reunião de 13/08/2012



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 4

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0101	Remunerações certas e permanentes					
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho					
02 01010401	Contrato por tempo indeterminado	3.400.160,00		48.415,00	3.351.745,00	
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	650,00		10.650,00	
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	181.293,00	150,00		181.443,00	
02 010113	Subsidio de refeição					
02 01011305	Pessoal contratado a termo certo	8.007,00	100,00		8.107,00	
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
02 010202	Horas extraordinárias	70.000,00	1.500,00		71.500,00	
02 010210	Subsídio de trabalho nocturno	8.000,00	100,00		8.100,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	131.000,00	1.500,00		132.500,00	
02 020121	Outros bens	212.550,00	4.000,00		216.550,00	
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020203	Conservação de bens	484.082,00	10.000,00		494.082,00	
02 020210	Transportes					
02 02021002	Outros transportes	14.500,00	1.500,00		16.000,00	
02 020212	Seguros	100.010,00	10.000,00		110.010,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0403	Administração central					
02 040301	Estado					
02 04030102	Assembleia Distrital	4.730,00	1.575,00		6.305,00	
02 0407	Instituições sem fins lucrativos					
02 040701	Instituições sem fins lucrativos	1.189.019,00	1.125,00		1.190.144,00	
02 06	Outras despesas correntes					
02 0602	Diversas					
02 060203	Outras					
02 06020305	Outras					



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 4

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 0602030501	Quotizações para Associações de Município	75.030,00	16.215,00		91.245,00	
	Despesas Correntes:	5.888.381,00	48.415,00	48.415,00	5.888.381,00	
	Total do Orgão 02:	5.888.381,00	48.415,00	48.415,00	5.888.381,00	
	Total de despesas correntes:	5.888.381,00	48.415,00	48.415,00	5.888.381,00	
	Total de despesas de capital:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	5.888.381,00	48.415,00	48.415,00	5.888.381,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



4.^a Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2012

APROVAÇÃO

Câmara Municipal ... Reunião de 13/08/2012



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012
Alteração Nº 4

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas										Anos Seguintes			
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Ano Corrente - 2012 Modificação		Dotação Corrigida										
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes				
01						EDUCAÇÃO						4.024.067,00	0,00	4.024.067,00	10.000,00		4.034.067,00	0,00	4.034.067,00						
01	001					Educação pré-escolar						41.630,00	0,00	41.630,00	15.000,00		56.630,00	0,00	56.630,00						
01	001	20125001				Manutenção / Conservação de escolas pré-primárias						8.500,00	0,00	8.500,00	15.000,00		23.500,00	0,00	23.500,00						
01	001	20125001	1			Conservação	02	020203		03	01/12/12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	15.000,00		20.000,00	0,00	20.000,00						
01	002					Ensino básico						3.910.287,00	0,00	3.910.287,00	-5.000,00		3.905.287,00	0,00	3.905.287,00						
01	002	20125003				Manutenção/ Conservação das escola 1º Ciclo						11.000,00	0,00	11.000,00	-5.000,00		6.000,00	0,00	6.000,00						
01	002	20125003	1			Conservação	02	020203		03	01/12/12/12	7.500,00	0,00	7.500,00	-5.000,00		2.500,00	0,00	2.500,00						
07						PROTECÇÃO CIVIL						338.702,00	0,00	338.702,00	1.125,00		339.827,00	0,00	339.827,00						
07	002					Associações Bombeiros Voluntários						299.672,00	0,00	299.672,00	1.125,00		300.797,00	0,00	300.797,00						
07	002	20125033				Apoio às Associações de Bombeiros de Benavente e de Samora Correia	02	040701		02	01/12/12/12	100.017,00	0,00	100.017,00	1.125,00		101.142,00	0,00	101.142,00						
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												112.517,00	0,00	112.517,00	11.125,00	0,00	123.642,00	0,00	123.642,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____